



Eixo 2 –“O advocacy de todo dia”

Modalidade: trabalho completo

Bibliotecários como agentes de advocacy na lei 12.244/2010: mapeamento de estudos e observações acerca da participação profissional

Librarians as advocacy agents in law 12.244/2010: mapping studies and observations on professional participation

Andressa Silva Sousa – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Resumo: Apresenta resultados do mapeamento de publicações na base de dados BRAPCI, com o objetivo geral de identificar as publicações relacionadas à Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, para assim observar o papel e as responsabilidades dos bibliotecários nas discussões sobre a Lei 12.244/2010. Para tanto, foram empregadas as seguintes abordagens metodológicas: pesquisa bibliográfica, quali-quantitativa e exploratória. Os resultados mostram que a atuação dos bibliotecários na publicação de estudos sobre a lei ainda é insuficiente. Destaca-se a necessidade de maior participação dos profissionais em estudos sobre a implantação da lei para ampliar a discussão do tema na sociedade.

Palavras-chave: lei 12.244/2010. produção científica. biblioteca escolar.

Abstract: This article presents the results of the mapping of publications in the BRAPCI database, with the general aim of identifying publications related to the Law on the Universalization of School Libraries, in order to observe the role and responsibilities of librarians in discussions about Law 12.244/2010. To this end, the following methodological approaches were used: bibliographical, theoretical, qualitative and exploratory research. The results show that the role of librarians in publishing studies on the law is still insufficient. There is a need for greater participation by professionals in studies on the implementation of the law in order to broaden the discussion of the issue in society.

Keywords: law 12.244/2010. scientific production. school library.

1 INTRODUÇÃO

Promulgada em 24 de maio de 2010, a lei 12.244 “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (Brasil, 2010), representando um grande avanço para a classe bibliotecária ao reconhecer e valorizar o papel essencial destes profissionais nas escolas. Estabelece diretrizes para a universalização das bibliotecas escolares em instituições de ensino, tendo como objetivo garantir que todas as escolas do Brasil tenham bibliotecas devidamente equipadas e funcionais, promovendo a inclusão de recursos bibliográficos e o acesso à leitura e informação para todos os estudantes. Quando aprovada, foi determinado que os sistemas de ensino deveriam se empenhar progressivamente para garantir o que estava sendo estabelecido, conforme os termos da lei, dentro de um prazo máximo de dez anos (Brasil, 2010), todavia, com a ineficácia da implementação da lei dentro do prazo anteriormente determinado, estabeleceu-se como novo prazo máximo o de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), que está estipulado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o PNE para o período de 2014 a 2024. Ressalta-se que a Lei 12.244/2010 reafirma duas legislações anteriores: a **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**, que estabelece as disposições sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, e a **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998**, que trata do exercício da profissão de bibliotecário e define outras providências relacionadas.

Em sua síntese, a lei 12.244/2010 deveria resultar em uma maior demanda por profissionais qualificados e, conseqüentemente, em mais oportunidades de emprego e melhores condições de trabalho, tal fator seria possível de ser efetivado se as escolas dispusessem de bibliotecas, algo que observamos não ser uma realidade, a biblioteca escolar ainda é uma realidade distante em muitas escolas públicas brasileiras. Muitas instituições não possuem uma biblioteca, e quando há, ela frequentemente se encontra em condições precárias e, muitas vezes, não conta com a presença de um bibliotecário. Segundo Santana (2021, p. 7)

[...] é possível afirmar que no cenário brasileiro esse recurso ainda é negligenciado, tendo em vista que ao longo da história educacional no campo das políticas públicas a biblioteca escolar ainda não é vista como um problema público, não recebendo a devida valorização e nem espaço efetivo na agenda política ao que se refere a elaboração de políticas públicas específicas que tenham como objetivo assegurar a sua existência nas escolas brasileiras.



Observa-se que esses apontamentos refletem ainda observações passadas, como as de Zimmermann, de Paula e Ohira (2017, p. 163) a respeito da falta de biblioteca nas escolas e que quando existe

[...] muitas vezes, está em situação precária e não conta com a presença do bibliotecário. Sendo este um espaço obsoleto, que não desempenha seu papel de interação educacional e não oferece, assim, condições para o desenvolvimento das atividades mencionadas acima e que auxiliariam no trabalho de incentivo a leitura e formação de leitores.

Desde a promulgação da lei estudos vêm sendo realizados de modo a acompanhar e entender em que medida a lei está sendo de fato efetivada. Deste modo, essa pesquisa parte da necessidade de identificar e observar as publicações relacionadas à universalização das bibliotecas escolares, estabelecida pela Lei 12.244/2010. Ao mapear e revisar a literatura existente sobre a implementação e os efeitos dessa legislação, buscou-se compreender em que proporção os profissionais têm atuado nas discussões acadêmicas relacionadas a implantação da lei, como colocado por Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 21) “entender o surgimento e a evolução da biblioteca escolar no país é o ponto de partida para realizar um estudo sobre a atual situação dessa instituição, diagnosticando suas problemáticas e vislumbrando novas perspectivas”, desse modo, é relevante entender qual tem sido a atuação do profissional bibliotecário nessas investigações, e se essa atuação tem sido suficiente tendo em vista o contexto nacional. Este processo envolve a análise das contribuições e críticas feitas pelos profissionais bibliotecários.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa foram empregadas as seguintes abordagens metodológicas: pesquisa bibliográfica, quali-quantitativa e exploratória, utilizando a base de dados da **Bibliografia Brasileira de Ciências da Comunicação (BRAPCI)** para coletar e observar a produção bibliográfica dos profissionais da área de Biblioteconomia em relação à Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. De acordo com González de Gómez (2000), os métodos de pesquisa, sejam quantitativos, qualitativos ou comparativos, assim como as técnicas para coleta e análise de dados, desempenham um papel secundário ao definir a direção e o tipo das atividades de pesquisa, desse modo a metodologia deste estudo envolve a coleta de dados secundários através de buscas na base de dados informada, aplicando



critérios de filtragem. As técnicas de coleta incluem a extração de informações relevantes sobre títulos, autores e resumos das publicações, ano de publicação, assim como periódico.

A BRAPCI foi definida para essa investigação por ser uma base de dados especializada que reúne referências bibliográficas sobre a produção acadêmica e científica na área das Ciências da Comunicação no Brasil. Após a escolha da base, um termo foi definido para ser utilizado na busca, porém considerando algumas possibilidades de escrita nos documentos, optou-se por estabelecer duas variações de escrita sendo: **Lei 12.244/2010** e **Lei 12.244 de 2010**, ao utilizar essas duas formas de recuperação, foi possível coletar 33 documentos, que serão apresentados resultados. Destaca-se que o levantamento conta com informações do que foi produzido de 2011 até o primeiro semestre de 2024.

Após a coleta de dados ter sido realizada, os documentos recuperados foram organizados em uma tabela para facilitar a etapa de observação. Nesta organização, as seguintes informações foram extraídas: ano de publicação, para que fosse possível observar cronologicamente as pesquisas realizadas; título do trabalho; nome dos autores; periódico e dados da publicação, para que fosse possível um panorama da quantidade de publicações em cada periódico; resumo do trabalho, esses dados serviriam para a observação das pesquisas realizadas; link de acesso para o conteúdo recuperado.

Na etapa de observação, foi realizada a análise textual dos resumos que citaram a Lei a partir de sua promulgação em maio de 2010, de modo que fosse possível ter uma visão geral da pesquisa que estava sendo apresentada, assim como a verificação de outros dados que serão apresentados nos resultados, considerando sempre o objetivo do levantamento e as observações que seriam realizadas a partir dele.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados do levantamento bibliográfico realizado, sendo o item 3.1 a apresentação dos dados recuperados a partir da pesquisa realizada na base de dados e ponderações a partir do que foi observado através do que foi recuperado.

3.1 Dados recuperados e observações

A pesquisa foi realizada em duas etapas, em primeiro momento recuperou-se resultados para **Lei 12.244/2010** e depois para **Lei 12.244 de 2010**. Na aplicação do termo “Lei 12.244/2010”, obteve-se um resultado de 26 documentos, sendo que um deles estava duplicado, logo apenas 25 dos documentos foram registrados, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Resultados do termo “Lei 12.244/2010”

ANO	TÍTULO	AUTOR/A/ES
2011	Relatório do VII Fórum Estadual de Bibliotecas Escolares: Florianópolis, 8 de outubro de 2011	Eliane Fioravante Garcez Herta Kieser Joana Carla de Souza Matta Felício
2012	Biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para implantação	Claudio Marcondes Castro Filho Claudinei Coppola Junior
2014	Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul segundo a lei 12.244/2010	Edinei Antonio Moreno
2016	A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: uma reflexão a partir da Lei 12.244	Fernanda Xavier Guimarães Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira Jaires Oliveira Santos Cleyciane Cássia Moreira Pereira
2016	Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s)	Eliane Fioravante Garcez Gisela Eggert-Steindel José Paulo Speck Pereira Gyance Carpes
2017	Avanços, perspectivas e limitações da lei no 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil)	Juliano Ricardo Zimmermann Viviane Carolina de Paula Maria Lourdes Blatt Ohira
2017	Diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina: dados preliminares	Maria de Lourdes Blatt Ohira Viviane Carolina de Paula Maria Lourdes Blatt Ohira
2017	Panorama das bibliotecas escolares municipais da cidade de Juazeiro do Norte: desafios descortinados para a aplicação da lei 12.244/2010	Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Hemerson Soares Silva Fabíola da Silva Costa Denise Braga Sampaio Hemerson Soares da Silva
2018	Biblioteca escolar e sala de leitura	Pedro Souza Santos
2018	Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	Bernadete dos Santos Campello Ricardo Rodrigues Barbosa Samuel Gonçalves Proença
2018	TÉCNICOS/AS EM BIBLIOTECONOMIA: QUEM SÃO, ONDE SE FORMAM, QUEM OS/AS FORMAM E POR QUE SÃO TÃO NECESSÁRIOS/AS?	Nathália Romeiro Carla Viola Anna Cristina Brisola

2018	A LEI Nº 12.244/2010 E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL	Rodrigo Pereira
2019	BIBLIOTECA ESCOLAR E REGIME DE INFORMAÇÃO: A LEI N.º 12.244/2010	Debora Santos de Oliveira Elisabete Gonçalves Souza
2019	Concepção da Biblioteca na escola: Representações construídas a partir das suas diretrizes	Maria Cléa Nunes Maria Manuela Bento Gonçalves
2019	ADVOCACY POR BIBLIOTECAS ESCOLARES: a experiência de Jardinópolis/SP	Robson de Paula Araujo
2020	AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA: RELATO DE PESQUISA	Viviane Carolina de Paula Maria Lourdes Blatt Ohir Orestes Trevisol Neto
2020	AS AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº 12.244/2010 NOS MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA/ES	Gleice Pereira Patrícia Nogueira Rodrigues Sobrinho Ricardo Teixeira Girelli
2021	Análise das fiscalizações do Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª região (CRB-15)	Larice da Silveira Rebouças Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
2021	Bibliotecas escolares e políticas públicas: mapeamento da lei 12.244 na Ciência da informação e Biblioteconomia	Iranildo Júnior de Souza Pinheiro Hamilton Vieira Oliveira
2022	Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina	Maria Lourdes Blatt Ohira Orestes Trevisol Neto Priscila Machado Borges Sena Ana Claudia Philippi Pizzorno Mônica Valério Barreto
2022	Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários	Elizângela Pereira Eliane Fioravante Gisela Eggert-Steindel
2022	A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: uma reflexão a partir da Lei 12.244	Fernanda Xavier Guimarães Maria Isabel de Jesus Souza Barreira Jaires Oliveira Santos Cleyciane Cássia Moreira Pereira
2022	A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	Amanda Vieira da Fonseca Brenda L. da Silva Medeiros Deise Varela Fernandes Nathalia Danielle Fernandes de Oliveira Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus
2023	AÇÕES DO CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECOMIA DA 14ª REGIÃO EM PROL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	Orestes Philippi Trevisol Neto Ana Cláudia Philippi Pizzorno Maria Lourdes Blatt Ohira
2024	Retrato das discussões nacionais sobre a atual situação das bibliotecas escolares e a Lei 12.244/2010	Erica de Lima Käfer Keitty Vieira

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Já no quadro 2 pode ser observado dados da busca do termo “Lei 12.244 de 2010”, onde recuperou-se os mesmos 25 documentos já apresentados na listagem do quadro 1, com acréscimo dos 7 novos documentos listados no quadro 2. Os dados das duas pesquisas foram cruzados, excluindo os documentos que se repetiam. Ao final obteve-se 33 documentos que serviram de base para as observações.

Quadro 2 - Periódicos adicionados aos resultados apresentados no quadro 1 ao realizar a busca do termo “Lei 12.244 de 2010”

ANO	TÍTULO	AUTOR/A/ES
2015	Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil	Bernadete dos Santos Campello
2015	A biblioteca escolar na pauta do Congresso Nacional	Francisco de Paula Araújo
2016	A UNIVERSALIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS: REFLEXOS DA LEI 12.244	Bernadete dos Santos Campello Paulo da Terra Caldeira Rubeniki Fernandes de Limas Thaís Gabrielly Fernandes Sousa
2018	A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação	Dalgiza Andrade Oliveira Elaine Cristina Rodrigues
2018	Bibliotecas escolares e sistemas de ensino: uma exploração na região metropolitana de belo horizonte	Paula Rafaela Silvestre Marília Abreu Martins Paiva Marília de Abreu Martins de Paiva
2022	A biblioteca escolar e o letramento informacional na visão dos mediadores de leitura da rede municipal de ensino de Parnamirim (RN)	Gisely Karla de Medeiros Carvalho Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus
2015	Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil	Bernadete dos Santos Campello

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

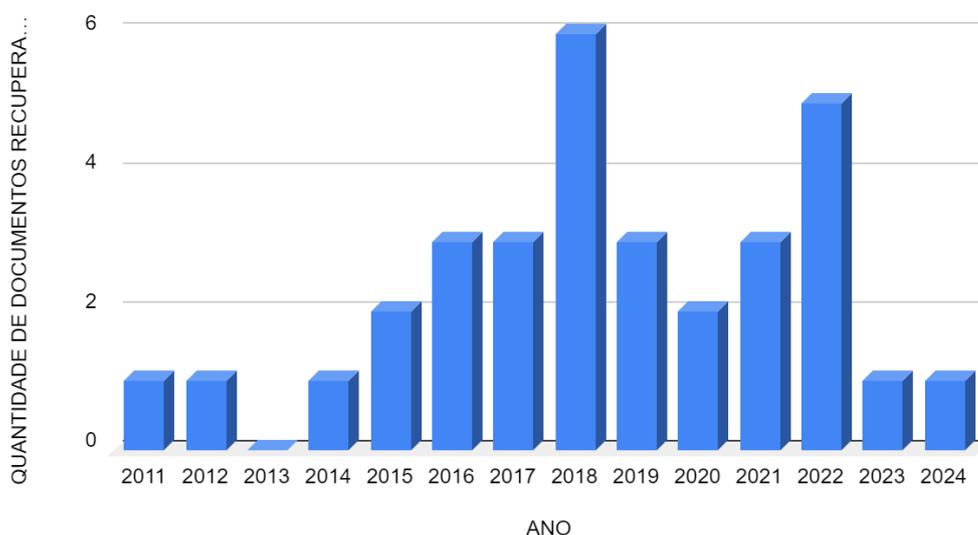
Dos 32 (trinta e três) documentos analisados, 16 (dezesesseis) são estudos realizados observando a aplicação da lei e o cenário das bibliotecas escolares em regiões ou estados específicos, é importante considerar nesta verificação a escassez de estudos publicados em vários estados, seja por bibliotecários ou pelos próprios conselhos regionais, questão que fica ainda mais alarmante ao considerarmos a vastidão do território nacional. No que diz respeito aos demais resultados, observou-se verificações relacionadas à ampliação das bibliotecas escolares no contexto nacional, contextualizações dos cenários das bibliotecas escolares, pesquisas relacionadas aos estudos que têm sido realizados em relação a aplicação da lei e também análises em

relação da formação dos profissionais bibliotecários, com foco em como essa formação reflete na atuação desses profissionais em bibliotecas escolares, trazendo também relações com a lei 12.244 de 2010.

Os resultados recuperados através do uso do termo na base de dados BRAPCI foram publicados entre o ano de 2011 e o primeiro semestre de 2024, como pode ser observado na figura 1, onde apresenta-se o gráfico elaborado para visualização da quantidade de documentos recuperados por ano. Entre os anos de 2011 e 2014 observa-se uma média de 1 publicação, considerando apenas o uso dos critérios de busca informados para esta pesquisa. De 2015 para 2017 observa-se um crescimento em relação às publicações, com um salto em 2018, mas logo uma queda em 2019, 2020 e 2021. Já em 2022 observa-se novamente um crescimento, mas infelizmente nos anos seguintes, 2023 e o primeiro semestre de 2024, temos um novo declínio.

Figura 1 - Quantidade de produções recuperadas por ano

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS RECUPERADOS versus ANO

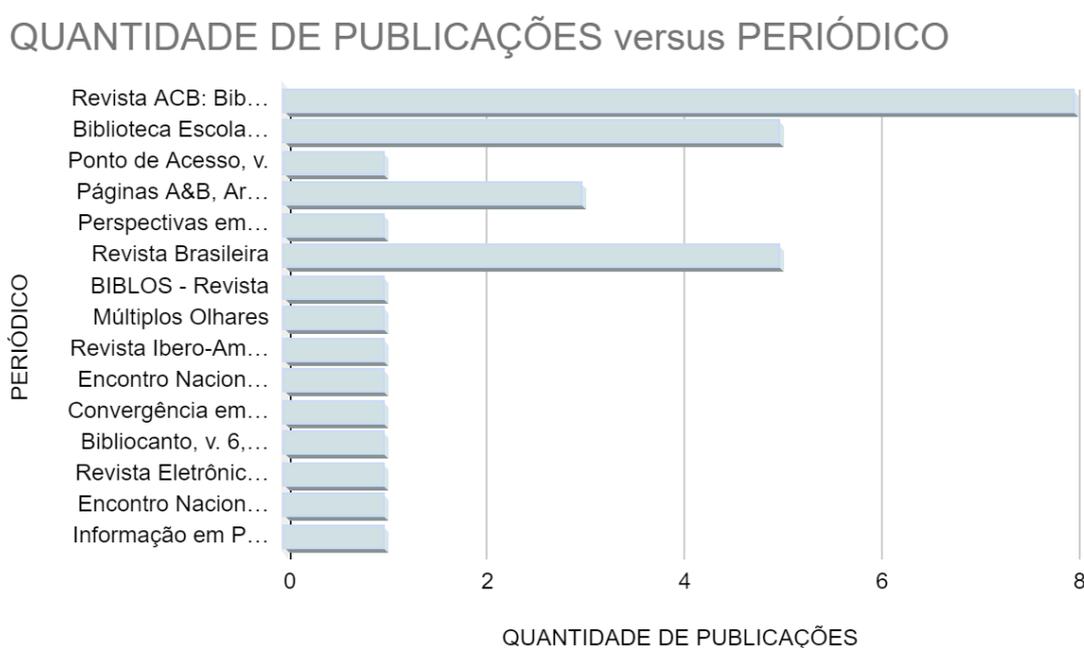


Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na figura 2 pode-se observar a quantidade de publicações na base de dados da BRAPCI por periódico, considerando os critérios estabelecidos para esta pesquisa, dentre os eles, destacam-se a **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, com uma quantidade de 8 publicações; **Biblioteca Escolar em Revista** e **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** com 5 publicações; **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** com 3 publicações; e as revistas **Ponte de acesso, Perspectivas em Ciência**

da Informação, BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Convergência em Ciência da Informação, Bibliocanto, Revista Eletrônica da ABDF, Informação em Pauta, todas com 1 publicação, por fim, temos o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis (SC) e o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro (RJ), cada um com 1 publicação. Esses resultados correspondem apenas a aplicação do termo informado nesta pesquisa, estando ele presente no título do documento, resumo apresentado ou palavras-chave.

Figura 2 - Quantidade de publicações por periódico



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ao analisar os resultados apresentados, é possível constatar a escassez de pesquisas relacionadas à universalização das bibliotecas escolares. Embora haja uma presença de estudos sobre o tema, a maioria deles se concentra em localidades específicas, como determinadas cidades ou regiões, deixando de fora uma análise abrangente que envolva outras partes do país. Isso evidencia a necessidade de expandir as investigações para diferentes estados e contextos regionais. A falta de estudos que envolvam uma gama mais ampla de localidades sugere que muitas realidades e desafios relacionados à implementação e à gestão das bibliotecas escolares ainda não foram



adequadamente explorados. Portanto, é essencial que profissionais atuantes em diversas regiões conduzam pesquisas focadas em suas realidades locais. Esse esforço contribuirá para uma compreensão mais completa e detalhada da situação das bibliotecas escolares em todo o Brasil, permitindo a formulação de políticas e práticas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada região. Zimmermann, de Paula e Ohira (2017, p. 176) pontuam “[...] que a criação da referida Lei é um grande avanço para o setor, porém sua eficácia ainda deve ser comprovada, e medidas devem ser tomadas, principalmente no setor público, para a concretização da implementação da Lei em questão”, nesse contexto, reforça-se a necessidade de constantes observações através de estudos, de modo a fazer valer o que se está determinado em lei.

A Constituição Federal de 1988, dispõe de forma expressa que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (art. 1º, parágrafo único), portanto, é crucial analisar a reação da sociedade e, em particular, da classe bibliotecária à promulgação da Lei 12.244/2010. Estes apontamentos são reforçados por de Oliveira e de Souza (2019) ao observarem “[...] que a não inserção das bibliotecas nas escolas públicas do país precisa de uma discussão mais densa nos canais oficiais da área, no sentido de reforçar o clamor de perceber a biblioteca escolar de outras formas, e não apenas como apêndice”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta investigação, destaca-se a necessidade de uma maior participação dos profissionais bibliotecários em estudos sobre a implantação da lei para ampliar a discussão do tema na sociedade. É relevante pontuar o papel social crucial que os bibliotecários podem desempenhar na promoção e efetivação da universalização das bibliotecas escolares. A presença e o engajamento dos bibliotecários são fundamentais para a implementação bem-sucedida das políticas relacionadas às bibliotecas escolares, tendo em vista que esses profissionais não apenas gerenciam e organizam os recursos informacionais, mas também desempenham um papel ativo na promoção da leitura e na educação dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural das comunidades em que atuam. Santana (2021, p.8) destaca que



[...] apesar de todos os esforços empreendidos pela classe bibliotecária de todo o país em prol da biblioteca escolar, afirmando e reafirmando sua importância junto a sociedade, construindo padrões para a criação de bibliotecas de qualidade, considerando a realidade de cada instituição de ensino, ainda não foi o suficiente para que se cumprisse a proposta da universalização das bibliotecas escolares no âmbito nacional.

Nessa perspectiva as pesquisas científicas se tornam indispensáveis, pois fornecem uma base empírica para a compreensão dos desafios e das melhores práticas na área. Estudos bem-conduzidos podem iluminar as necessidades específicas de diferentes regiões e orientar as ações dos bibliotecários, assim como ajudar na formulação de estratégias para superar as dificuldades e aprimorar a infraestrutura e os serviços oferecidos, Silva (2019, p. 73), destaca que

[...] é pertinente mencionar que a área do conhecimento para tratar em termos técnico-científicos, acadêmicos, político-institucionais e profissionais de bibliotecas (principalmente de práticas de informação aplicada a bibliotecas) é a biblioteconomia. É nesta área que se discutem fundamentos gerais e esquadrihados da informação para aplicação em bibliotecas no âmbito da gestão, organização, recursos e serviços, tecnologias e pesquisa

Portanto, é fundamental que a classe bibliotecária se preocupe com o fortalecimento da pesquisa científica relacionada à efetivação da Lei 12.244/2010. Ao investir em estudos rigorosos e abrangentes, os bibliotecários podem não apenas contribuir para a melhoria contínua das políticas e práticas relacionadas às bibliotecas escolares, mas também garantir que as diretrizes da lei sejam cumpridas de maneira eficaz e adaptada às realidades de cada região, consequentemente contribuindo para o cenário nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24/05/2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/575886> . Acesso em: 13 jun. 2023.

DE OLIVEIRA, Debora Santos; DE SOUZA, Elisabete Gonçalves. BIBLIOTECA ESCOLAR E REGIME DE INFORMAÇÃO: a lei 12.244/2010. **XX ENANCIB**, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/122731>. Acesso em: 18 jul. 2024.



GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 333–346, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46566>. Acesso em: 4 jul. 2024.

LANZI, Lucirene Andréia Catini.; VIDOTTI, Silvana A. B.; FERNEDA, Edberto. **A biblioteca e a geração nativos digitais**: construindo novas relações. 1ª edição. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/366/o/Biblioteca.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Santana, Maria Mirella Borges. **Bibliotecas escolares**: análise da Lei 12.244/2010 e sua aplicabilidade nas escolas do município de Aracaju-SE. São Cristóvão, 2021. Monografia (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14689>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVA, J. L. C. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública. **Revista Informação em Cultura (RIC)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p. 60–93, 2019. DOI: 10.21708/issn2674-6549.v1i1a8521.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8521>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ZIMMERMANN, J. R.; et al.. Avanços, perspectivas e limitações da lei nº 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de santa catarina (brasil). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/69447>. Acesso em: 4 jul. 2024.